

# Novo livro faz revelações sobre assalto à Figueira

O assalto à agência do Banco de Portugal é pormenorizado num livro dedicado a Palma Inácio

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

A 17 de maio de 1967, um grupo de cinco opositores à ditadura, liderados por Hermínio da Palma Inácio, assaltou a agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz com o objetivo de arranjar financiamento para a resistência armada. O golpe é relatado com toda a minúcia e novos pormenores no livro de Luís Vaz, “Palma Inácio e o Assalto ao Banco de Portugal da Figueira da Foz (1967)”, editado pela Âncora. A obra, que contou com o testemunho do próprio Palma (falecido em 2009), dá conta, entre outras revelações, da estupefacção com que o grupo viu a operação ser reivindicada pela LUAR, organização então desconhecida.

Palma Inácio estivera envolvido no golpe militar de 1947 e, em 1961, no desvio de um avião da TAP, da carreira Casablanca-Lisboa. A partir daí fizera uma opção pela luta armada, como forma de derrubar Salazar. Em 2006, no lar onde terminou os seus dias, confidenciou ao autor do livro a resolução que então tomara: “Terá de ser o inimigo a pagar a revolução.”

Exilado, em 1966 escolheu Paris para ali criar uma organização que se chamaria Ação Revolucionária Democrática (ARD), capaz de “arranjar dinheiro para garantir operações armadas contra o regime”. Gorados vários planos, avançaram para uma “operação de confisco”.

## Três meses para preparar a operação

O comando entrou no país em fevereiro de 1967: Camilo Mortágua veio de comboio, enquanto Palma e António Barracosa

viajaram no veículo de Ângelo Cardoso, de matrícula francesa; já em Portugal juntou-se-lhes Luís Benvindo, o quinto e último elemento. O alvo definido era um banco do Estado: ou a Caixa Geral de Depósitos ou o Banco de Portugal. A escolha incidiu sobre a agência deste último na Figueira da Foz. Durante três meses foi estudado o alvo, montada uma rede de apoiantes e cúmplices, alugadas várias viaturas, bem como uma avioneta para a fuga. Impunha-se, por outro lado, iso-

**Como a caixa-forte só abria com duas chaves, o comando teve que esperar que o segundo gerente voltasse à agência**

**A maior parte das notas roubadas eram “virgens” e não podiam ser transacionadas**

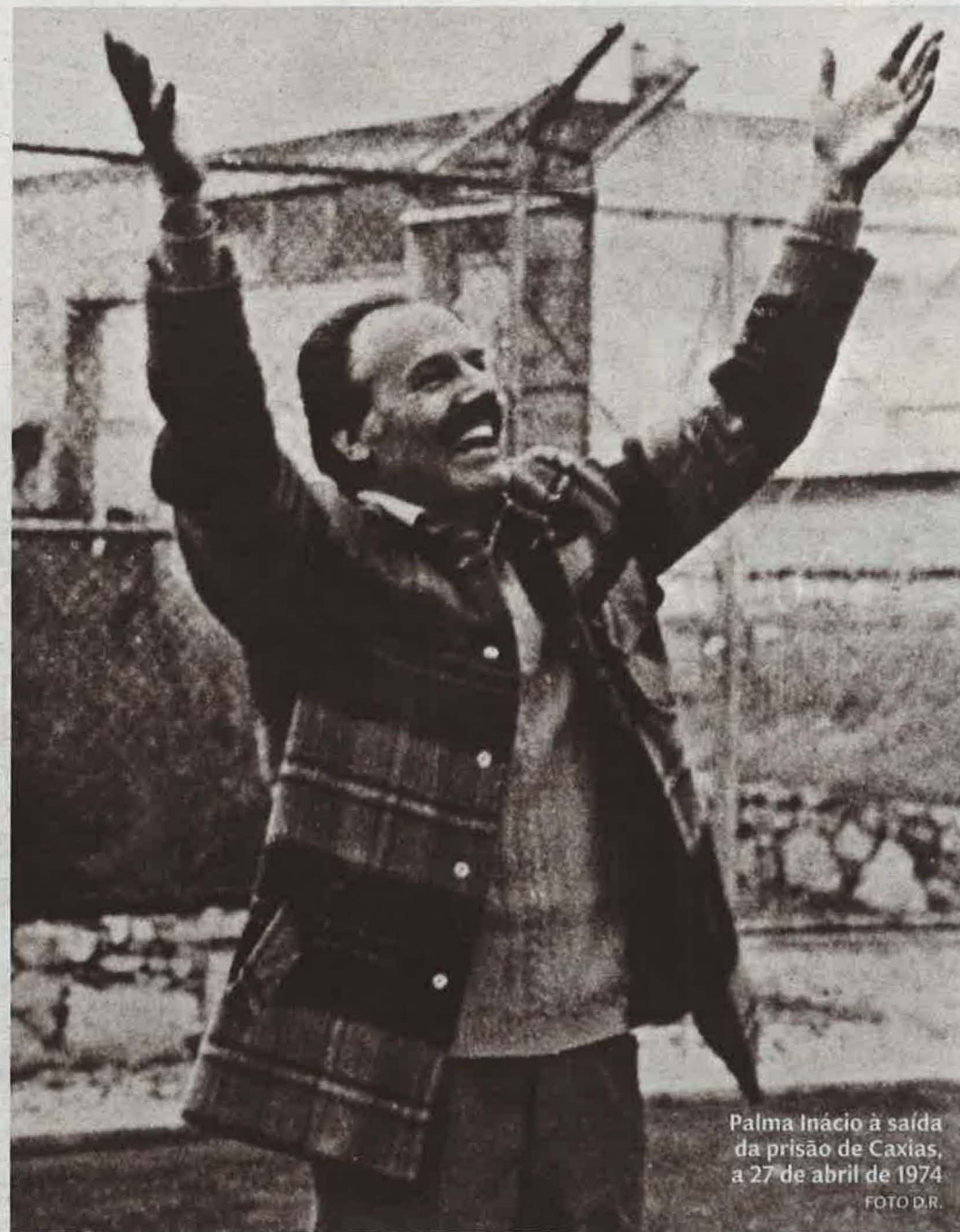
lar a Figueira em matéria de comunicações durante duas horas, por forma a retardar a intervenção da polícia. Disso se encarregou José Natário, um jovem de 18 anos, que, sete minutos antes do fecho do banco, seírou, na ponte de Maiorca, os cabos telefónicos que serviam a vila.

Ao princípio da tarde de 17 de maio os cinco operacionais entraram na Figueira num Taunus, dando início à ‘operação Mondego’. O carro estacionou na Praça General Freire de Andrade. Cardoso permaneceu ao volante, enquanto os outros quatro entraram na agência do banco central às 15h55. “Ninguém se

mexa, isto é um assalto” — avisaram. “De arma em riste”, Palma entrou no gabinete da gerência, acompanhando de Barracosa, mas defrontaram-se com um contratempo: o cofre só abria com duas chaves, na posse dos dois gerentes — sendo que um se ausentara, pelo que tiveram que aguardar pelo seu regresso. Retirado da caixa e do cofre, o dinheiro foi distribuído por cinco sacos. Os gerentes foram encerrados na própria casa-forte, enquanto num compartimento contíguo ficou o chefe de escritório; quanto aos restantes funcionários e clientes, ficaram fechados na casa de banho. Antes de fugir, o comando ameaçou “de morte” quem desse o alarme “antes das 18 horas”.

A operação prolongou-se por 25 minutos, mais do dobro do previsto. Cardoso ficou nas vizinhanças da Figueira, que conhecia muito bem. Os restantes dirigiram-se ao aeródromo de Cernache, onde se acomodaram num avião Auster. Pilotado por Palma, o pequeno monomotor rumou ao Algarve, a muito baixa altitude, por forma a evitar os radares. Aterrou numa pista improvisada na herdade Vale do Paço, em Vila do Bispo. Aguardava-os um cúmplice com uma viatura alugada, que foi abandonada junto à praia da Luz, em Lagos, para simular “que a fuga se tinha verificado por mar, tendo como destino Marrocos”. Ao invés, o grupo tomou outra viatura com destino a Espanha, regressando a Paris.

Na agência, 45 minutos depois do assalto, um empregado partiu a porta da casa de banho e libertou os demais. A informação, via rádio, não tardou a chegar à administração do banco, à PJ e, claro, à PIDE, que no próprio dia vasculhou a agência.



Palma Inácio à saída da prisão de Caxias, a 27 de abril de 1974

FOTO D.R.

As notas roubadas, de mil de e quinhentos escudos, totalizavam 29 mil contos — o equivalente, hoje em dia, a €9,9 milhões. A esmagadora maioria, porém, eram notas “virgens”, que ainda não haviam entrado em circulação. Ou seja, sem “curso legal e poder liberatório”. Quanto às notas “corridas”, já no mercado, eram do montante de 4,7 mil contos: ou seja, o “confisco” limitara-se a €1,6 milhões.

## ‘Fintados’ pela LUAR

Três dias depois, uma organização denominada LUAR (Liga de União Antifascista Revolucionária) reivindicou a operação, através do diário francês “Le Monde”. Ao lerem o jornal, os quatro operacionais ficaram estupefactos.

Nunca tinham ouvido falar em tal Liga e preparavam-se para reclamar o assalto em nome da ARD. Por detrás da notícia estava Emídio Guerreiro, um antifascista há muito exilado em Paris e que acabara por reivindicar uma operação “para a qual nada” contribuíra. A ARD foi, assim, substituída na autoria da ação pela LUAR, que fez a sua estrondosa aparição no combate à ditadura.

Numa tentativa de transacionar as notas “virgens”, Palma foi aos EUA, enquanto Mortágua voou até Israel para comprar armas. Nenhum foi bem-sucedido. No regresso, Palma foi detido no aeroporto de Orly, a pedido das autoridades portuguesas. Um tribunal de Paris, no entanto, recusou-se a dar seguimento ao pedido de extradição para Portugal. Era a

confirmação que o assalto tivera intuítos de carácter político. No mesmo sentido se pronunciaram tribunais belgas e espanhóis.

Em Portugal, 20 dias após a operação, começaram as prisões de cúmplices. Ao todo foram proferidas 23 acusações, mas os sete principais réus foram julgados à revelia. O regime fez questão que o julgamento se realizasse em tribunal comum, para não reconhecer o carácter político do crime. Estratégia oposta foi montada pela defesa, a cargo dos melhores advogados de presos políticos, a começar por Mário Soares e Salgado Zenha. Mortágua levou a pena mais pesada (20 anos de prisão), seguindo-se Palma (16), Barracosa e Benvindo (ambos condenados a 13 anos).

jpcastanheira@expresso.imprensa.pt